

COORDENACAO DE ADMINISTRACAO-COAD

Estudo Técnico Preliminar 36/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 08200.009495/2026-35

2. Descrição da necessidade

2.1. O Ordenamento Jurídico Brasileiro determina que os órgãos e entidades das Unidades Federativas realizem licitações para aquisição de bens ou contratação de serviços e obras, salvo os casos especificados na legislação infraconstitucional, conforme destacado no artigo 37, inciso XXI, da Carta Magna:

" Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações".

A Emenda Constitucional n.º 132/2023 promoveu a mais ampla e profunda Reforma Tributária das últimas décadas, instituindo novos tributos — Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e Imposto Seletivo (IS) — e estabelecendo um extenso e complexo período de transição, que se inicia em 2026 e se estende por vários anos. Essa mudança estrutural substituirá gradualmente PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS, impactando diretamente os preços praticados no mercado, a apropriação de créditos, as obrigações acessórias e os procedimentos relacionados às contratações públicas.

Diante desse novo cenário normativo, torna-se imprescindível a participação dos servidores em curso específico sobre Reforma Tributária, a fim de garantir que atuem com segurança jurídica, eficiência e precisão ao analisar estimativas de custos, composições de preços, propostas comerciais, execução contratual e demais fases do processo de compras governamentais.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SEFIN/DEOF/CGAD/DLOG/PF	Rui Noberto Pereira da Silva

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. É imprescindível que a ação de capacitação seja realizada de forma presencial, em ambiente adequado, com disponibilização de todos os materiais, equipamentos e recursos necessários ao aperfeiçoamento profissional.

4.2. Nesse contexto, as aulas presenciais, com ambiente exclusivo e propício ao treinamento, tendem a ser mais proveitosas aos alunos, já que aumenta o foco no treinamento profissional, facilitando o acesso aos professores e colegas de profissão em dúvidas pontuais que eventualmente podem surgir durante a explanação do tema ou de casos reais que são apresentados.

4.3. A troca de experiências também é um fator primordial nos eventos presenciais, que agrega conhecimento e auxilia os participantes em sua atuação diária, já que, em diversos casos, são levantadas questões reais com soluções práticas e inovadoras para a Administração Pública. Assim, pode-se afirmar que o intercâmbio de informações entre os servidores que atuam nas esferas federais, estaduais e distritais é de grande auxílio para a solução de questões que desafiam a criatividade dos agentes, principalmente naquelas em que a lei é silente e não houve uma posição definitiva dos órgãos de controle.

4.4 A contratada deverá prover o local para realização do treinamento, em ambiente amplo, limpo e arejado, com espaço suficiente para abrigar todos os participantes, fornecendo materiais de apoio, como lápis, caneta, bloco de anotações e apostila com os temas a serem abordados. Além das instalações

físicas e do material de apoio, todos os equipamentos e recursos tecnológicos para o bom andamento do treinamento serão custeados pela contratada, que detém expertise para quantificar e qualificar os objetos essenciais ao desenvolvimento das atividades e à interatividade dos participantes, com vistas ao melhor aproveitamento dos temas abordados.

4.5. Exige-se que o corpo de professores tenha renome e experiência na área de Retenções Tributárias Procedimentos e Contabilização da Administração Pública, com boa didática, de modo que a capacitação consiga agregar conhecimento, análise crítica, sugestões de inovação, e preparar o servidor para atuar de forma racional, segura e eficiente.

4.6. Considerando que o objetivo da capacitação é o aperfeiçoamento de gestores e servidores públicos para aplicar corretamente as retenções tributárias vigentes e compreender, de forma estruturada e estratégica, os impactos da Reforma Tributária na Administração Pública, é primordial que o evento disponibilize palestras ou oficinas voltadas para a aplicação prática.

4.7. Assim, tendo em vista a gama de informações que nutre o tema, almeja-se que treinamento tenha, no mínimo, 21 (vinte e uma horas) horas-aula de duração, de modo a conseguir abordar as principais temáticas e atualizações sobre a matéria.

4.8. Ao final do evento, deverá ser disponibilizado certificado para todos os participantes que tiveram aproveitamento no curso.

4.1 Diante do exposto, considerando todas as peculiaridades que envolvem a contratação, exige-se que o fornecedor detenha experiência pretérita na realização de cursos de capacitação com carga-horária similar à pretendida.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Prospectando o mercado, foi encontrado o evento de capacitação denominado **Do Básico ao Avançado em Retenções Tributárias na Administração Pública e os Impactos da Reforma Tributária (EC 132/2023)**.

5.2. O evento acima satisfaz todos os requisitos almejados pela Administração Pública, contando com a presença de grandes nomes do cenário das compras públicas, que poderão suprimir dúvidas, aconselhar e apresentar as bases e princípios necessários à esmerada atuação dos profissionais envolvidos, proporcionando a qualificação e atualização necessária para aqueles que trabalham com as contratações pública e conferindo o norte necessário para tomada de decisões nas questões mais sensíveis.

5.3. Nesse cenário, pode-se ventilar a hipótese de contratação por meio de Inexigibilidade de Licitação, conforme permissivo do artigo 74, inciso III, letra "f" e parágrafo 3º, Lei nº 14.133/21, que assim dispõem:

“Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: (...)

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos ou projetos executivos;

b) pareceres, perícias e avaliações em geral;

c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;

d) fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;

e) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

g) restauração de obras de arte e de bens de valor histórico;

h) controles de qualidade e tecnológico, análises, testes e ensaios de campo e laboratoriais, instrumentação e monitoramento de parâmetros específicos de obras e do meio ambiente e demais serviços de engenharia que se enquadrem no disposto neste inciso;

§3º Para fins do disposto no inciso III do caput deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.”

5.4. O Tribunal de Contas da União também entende que a contratação de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, bem como inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros, enquadra-se na hipótese de inexigibilidade de licitação, nos termos da decisão nº 439/1998:

"O Tribunal Pleno, diante das razões expostas pelo Relator, DECIDE: a) considerar que as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem como a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros, enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei nº 8.666/93;

5.5. No entanto, conforme doutrina e jurisprudência sobre o tema, para contratação por meio de inexigibilidade de licitação fundamentada na antiga Lei de Licitações, no inciso II do artigo 25, Lei nº 8.666/93, existe a necessidade de preenchimento de três pressupostos básicos, quais sejam: 1) serviço técnico especializado previsto no artigo 13, também da Lei nº 8.666/93; 2) natureza singular do serviço; e 3) notória especialização do contratado. Esse é o teor da Súmula 252 da Corte de Contas:

"A inviabilidade de competição para a contratação de serviços técnicos, a que alude o inciso II do art. 25 da Lei nº 8.666/1993, decorre da presença simultânea de três requisitos: serviço técnico especializado, entre os mencionados no art. 13 da referida lei, natureza singular do serviço e notória especialização do contratado".

5.7. No que tange ao primeiro requisito, informa-se que o evento referido acima se propõe a contribuir com a evolução das competências dos agentes públicos por meio de capacitação e preparação com o mais alto padrão de qualidade, haja vista que proporcionará um conhecimento aprofundado e estratégico sobre a Reforma Tributária, abrangendo tanto sua dimensão constitucional (EC 132/2023) quanto sua regulamentação legal (Lei Complementar nº 214/2025 e PLP 108/2024).

5.8. Nesses termos, considerando que o treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, através de palestras e oficinas ministradas por professor experiente e renomado, com vasta experiência na área de Análise Contábil e Custos, na área Orçamentária Pública, Financeira e Patrimonial., é o principal objetivo da contratação, entende-se satisfeito o primeiro pressuposto.

5.9. Quanto à singularidade do serviço, parte da doutrina o conceitua como aquele que não pode ser reduzido a padrões objetivos de descrição e julgamento, ou seja, aquele que é impossível de definição, comparação e julgamento por parâmetros ou critérios objetivos, somado a uma complexidade especial, invulgar, extraordinária, sui generis, capaz de exigir um certo grau de confiança no executor, com menor risco possível para a contratação. Sobre esse ponto, cabe destacar trecho do Acórdão 7.840/2013, da Primeira Câmara do Tribunal de Contas da União:

"8. Verifico, entretanto, que o requisito da singularidade de que trata o inciso II do art. 25 da Lei 8.666/1993 não se confunde com a ideia de unicidade. Ou seja, o fato de haver mais de uma empresa atuando em determinado segmento do mercado não é incompatível com a ideia de singularidade do objeto a ser contratado.

9. Até porque, caso o conceito de singularidade significasse um único sujeito possível de ser contratado, estar-se-ia diante de inviabilidade de competição subsumível diretamente ao caput do art. 25 da Lei 8.666/1993. Não teriam, pois, qualquer aplicabilidade as disposições do inciso II desse artigo, que exigem o atributo da singularidade para as contratações diretas de serviços especializados com profissionais e empresas de notória especialização.

10. A respeito, cito as seguintes ponderações constantes do voto condutor do Acórdão 1074/2013-TCU-Plenário:

15. Primeiramente, porque o conceito de singularidade não está vinculado à ideia de unicidade. Para fins de subsunção ao art. 25, inciso II, da Lei 8.666/93, entendo não existir um serviço que possa ser prestado apenas e exclusivamente por uma única pessoa. A existência de um único sujeito em condições de ser contratado conduziria à inviabilidade de competição em relação a qualquer serviço e não apenas em relação àqueles considerados técnicos profissionais especializados, o que tornaria letra morta o dispositivo legal.

16. Em segundo lugar, porque singularidade, a meu ver, significa complexidade e especificidade. Dessa forma, a natureza singular não deve ser compreendida como ausência de pluralidade de sujeitos em condições de executar o objeto, mas sim como uma situação diferenciada e sofisticada a exigir acentuado nível de segurança e cuidado. (grifei)

11. Sob esse aspecto, entendo assistir razão ao recorrente quando afirma que a existência de outras empresas no ramo não afasta, por si, só a possibilidade de contratação direta. Nessa linha, cito, ainda, o seguinte posicionamento do Supremo Tribunal Federal em que se explicitou o requisito da "confiança" como um dos elementos justificadores da contratação direta de serviços especializados:

2. "Serviços técnicos profissionais especializados" são serviços que a Administração deve contratar sem licitação, escolhendo o contratado de acordo, em última instância, com o grau de confiança que ela própria, Administração, deposite na especialização desse contratado. Nesses casos, o requisito da confiança da Administração em quem deseje contratar é subjetivo. Daí que a realização de procedimento licitatório para a contratação de tais serviços - procedimento regido, entre outros, pelo princípio do julgamento objetivo - é incompatível com a atribuição de exercício de subjetividade que o direito positivo confere à Administração para a escolha do "trabalho essencial e indiscutivelmente mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato" (cf. o § 1º do art. 25 da Lei 8.666/93). O que a norma extraída do texto legal exige é a notória especialização, associada ao elemento subjetivo confiança. Há, no caso concreto, requisitos suficientes para o seu enquadramento em situação na qual não incide o dever de licitar, ou seja, de inexigibilidade de licitação: os profissionais contratados possuem notória 4 de 9 especialização, comprovada nos autos, além de desfrutarem da confiança da Administração. Ação Penal que se julga improcedente. (AP 348, Relator(a): Min. EROS GRAU, Tribunal Pleno, julgado em 15/12/2006, DJe-072 DIVULG 02-08-2007 PUBLIC 03-08-2007 DJ 03- 08-2007 PP-00030 EMENT VOL-02283-01 PP-00058 LEXSTF v. 29, n. 344, 2007, p. 305-322) (grifei)

12. Ponderáveis, ainda, as lições de Marçal Justen Filho (in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos – 14ª ed. p. 380):

A inviabilidade de competição também se verificará nos casos em que houver impossibilidade de seleção entre as diversas alternativas segundo um critério objetivo ou quando o critério da vantajosidade for incompatível com a natureza da necessidade a ser atendida."

6. Descrição da solução como um todo

6.1.A solução pretendida consiste na contratação de capacitação destinada aos servidores, com vistas à correta análise da legislação aplicável às retenções tributárias, bem como à adequada execução dos procedimentos de retenção e de recolhimento dos tributos correspondentes. Busca-se, ainda, promover a atualização, o aperfeiçoamento e o desenvolvimento de competências no que se refere à retenção de tributos no âmbito da Administração Pública, especialmente no tocante às novas obrigações acessórias e declarações obrigatórias, tais como o SPED, o eSocial, a EFD-Reinf e a DCTFWeb.

6.2. Por se tratar de serviço técnico profissional especializado em treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, poderá ser contratado mediante Inexigibilidade de Licitação, fundamentado no artigo 74, inciso III, letra "f" e parágrafo 3º, Lei nº 14.133/21.

6.3. Os serviços possuem natureza não continuada, definido pelo artigo 16 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017 como aqueles que impõem aos contratados o dever de realizar a prestação de um serviço específico em um período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto. Assim, por se tratar de evento de capacitação, a ser realizado em um período predeterminado, não há que se falar em demanda continuada que se prolonga além do período informado, estando adstrita ao cumprimento das obrigações estabelecidas para as partes.

6.4. Por sua vez, enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

6.5. Além do mais, a experiência nas contratações anteriores em eventos de capacitação permite dispensar a formalização de instrumento contratual, possibilitando a substituição do instrumento por Nota de Empenho, cuja obrigação se encerra com a execução e aceite pela Administração Pública, sem riscos para defeitos ou vícios detectados após a execução dos serviços.

6.6. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a Administração contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Serão contemplados com a participação no treinamento **6 (seis) servidores** que atuam com a liquidação e pagamento de despesas;

7.6. Nesses termos, malgrado o número não seja suficiente para a capacitação de todo o pessoal, aqueles que tiverem a oportunidade de se capacitar poderão atuar como multiplicadores do conhecimento dentro da Polícia Federal.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 23.940,00

8.1. Considerando a previsão de participação de 6 (seis) servidores, o custo total estimado para a capacitação é de R\$ 23.940,00 (vinte e três mil, novecentos e quarenta reais).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Considerando tratar-se de evento de capacitação de natureza singular, o qual demanda elevado grau de confiança na entidade executora, não se vislumbra a possibilidade de parcelamento ou divisibilidade do objeto. Ressalta-se que o objeto da contratação consiste na participação de servidores em evento de capacitação aberto ao público interessado, estruturado conforme o conteúdo programático e a metodologia definidos pela contratada, sem ingerência da Administração contratante quanto à sua organização e execução.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 Os serviços pretendidos não geram obrigações correlatas e ou interdependentes, exaurindo os efeitos a partir do cumprimento das obrigações entre as partes contratantes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

13.1. Conforme dispõe o art. 95 da Lei nº 14.133/2021, o instrumento de contrato é, em regra, obrigatório, podendo, entretanto, ser substituído por outro instrumento hábil, tais como nota de empenho, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou carta-contrato, nas hipóteses legalmente admitidas.

13.2. Considerando a natureza da presente contratação, realizada por inexigibilidade de licitação, bem como o fato de que a obrigação se exaure com a efetiva participação dos servidores no evento e respectivo pagamento, sem geração de obrigações continuadas ou riscos posteriores relevantes, entende-se adequada a formalização da contratação por meio de Nota de Empenho, nos termos do referido dispositivo legal.

13.3. Considerando que toda a programação e logística do evento são de responsabilidade da contratada, as providências a serem adotadas pela Administração consistem na indicação prévia dos servidores a serem capacitados, bem como na adoção das medidas administrativas necessárias para a emissão de passagens e diárias, quando cabíveis. Por sua vez, tendo em vista que o evento ocorrerá na cidade de Natal/RN, em local disponibilizado pelo fornecedor, não existe qualquer necessidade de adequação ao ambiente do órgão.

13.4. Tendo em vista que o evento ocorrerá em local disponibilizado pelo fornecedor, não há necessidade de adequações estruturais ou operacionais no âmbito da unidade administrativa.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A contratação resultará na formação de um corpo técnico mais qualificado e preparado, o que repercutirá positivamente na excelência das atividades desempenhadas e no desempenho institucional. Ademais, a realização da capacitação contribuirá para o fortalecimento da imagem da Polícia Federal como instituição alinhada às melhores práticas jurídicas e administrativas, evidenciando seu compromisso com a qualificação contínua de seus servidores.

13. Providências a serem Adotadas

Contratação do fornecedor, por inexigibilidade de licitação.

Realização da inscrição dos participantes.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Considerando que a contratação envolve a prestação de serviço técnico de capacitação e aperfeiçoamento profissional, eminentemente intelectual, salvo melhor juízo, não há impactos ambientais relevantes a demandar tratamento específico.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Entendemos que a contratação é viável, diante da necessidade apresentada, submetendo-o à superior análise e aprovação da Administração.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de](#)

RUI NOBERTO PEREIRA DA SILVA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 12/05/2026 às 10:32:33.